

BELFORD ROXO

Ex-prefeito é preso por lavagem de R\$ 7,6 bi

O ex-prefeito de Belford Roxo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Márcio Canella (União Brasil), foi preso em flagrante ontem, durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão da sexta fase da Operação Unha e Carne. Policiais encontraram um fuzil calibre .556 no veículo do

político, armamento de calibre restrito, o que motivou a prisão em flagrante por posse irregular de arma de fogo. O Estadão busca contato com a defesa de Canella, que preside o União Brasil no Rio e é pré-candidato ao Senado nas eleições deste ano. O espaço permanece aberto para manifesta-

ção. Canella é investigado sob suspeita de atuar como "braço político" de um esquema de lavagem de dinheiro que, segundo a Polícia Federal, movimentou R\$ 7,6 bilhões de recursos do crime organizado por meio de uma rede de postos de gasolina ao longo de seis anos. **PÁGINA 5**

ESCALA 6X1

MARCOS OLIVEIRA/AGENCIA SENADO



CONGRESSO

Senado eleva punição a crimes sexuais online contra crianças

O Senado aprovou, o Projeto de Lei (PL) 3066/2025 que aumenta a punição a crimes de violência sexual digital contra crianças e adolescentes. O projeto já havia passado pela Câmara e segue para sanção presidencial. O projeto amplia a autorização de infiltração policial no meio virtual e prevê aumento de pena nos crimes contra criança e adolescente praticados nos

meios digitais. O texto também eleva a pena do aliciamento quando houver uso de inteligência artificial (IA), deepfake, perfis falsos, promessa de vantagem ou aproveitamento de relação de confiança. "As estatísticas indicam que as penas atualmente previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente não têm sido suficientes", afirmou o relator. **PÁGINA 7**

PRODUÇÃO DE CARROS

WASHINGTON COSTA/MIDIC



Uczai diz que presidente do Senado não 'pode tudo'

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Pedro Uczai (SC), voltou a criticar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) (foto), por não dar andamento à proposta de fim da escala 6x1, e disse que o senador "pode muito, mas não pode tudo". As declarações ocorreram ontem, em conversa com jornalistas na Câmara. Mais cedo, Uczai afirmou que Alcolumbre será tratado como "inimigo dos trabalhadores" se não avançar com a PEC da escala 6x1 até a semana que vem. Em nota, o presidente do Senado disse que "esse tipo de ameaça não será tolerado". Após a manifestação do senador, o líder petista destacou que a proposta está parada há mais de um mês e que, se não houver andamento, haverá mobilizações. "Há mais de um mês que o presidente do Senado não coloca em tramitação esta matéria". **PÁGINA 7**

Anfavea eleva previsão de crescimento de 2026 para 5,8%

A Anfavea, entidade que representa as montadoras, revisou para cima as previsões ao desempenho do setor neste ano, após os resultados surpreendentes do primeiro semestre. A expectativa para o crescimento da produção passou de 3,7%, prognóstico anunciado em janeiro, para 5,8%. Se as previsões se confirmarem, as vendas vão superar 3 milhões de veículos em 2026, como não acontece, conforme a entidade, desde 2014. O resultado só não deve ser melhor pela queda de 12,8% prevista pela Anfavea para as exportações. A entidade tinha começado o ano prevendo leve crescimento: alta de 1,3% nas exportações. Os prognósticos levam em conta os juros elevados, com a Selic terminando o ano em 14%, e não em 12% como esperava antes a Anfavea. Os juros altos, contudo, são contrabalanceados, conforme a Anfavea, por estímulos à demanda agregada, que incluem as linhas de crédito e incentivos do governo para troca de caminhões e carros. Ao anunciar as novas previsões, o presidente da Anfavea, Igor Calvet (foto), chamou a atenção para o descolamento incomum entre os ritmos de produção e do mercado. **PÁGINA 2**

SÃO PAULO

Ex-servidores são acusados de fraudes em licitações

PÁGINA 4

NEGOCIAÇÃO

Brasil vê avanço nas negociações com EUA

Em meio às negociações para evitar a aplicação de novas tarifas sobre produtos brasileiros, o Brasil identificou uma abertura dos Estados Unidos para ampliar a cooperação bilateral no combate ao crime transnacional, disse ontem o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa. Após uma nova rodada de reuniões técnicas com representantes do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), o ministro avaliou que houve avanços em um tema considera-

do estratégico pelo governo. "Nós tratamos de um pedido que o presidente Lula tem feito de cooperação integrada de combate ao crime transnacional. Há reconhecimento de que é possível avançar nesse ponto", afirmou. Segundo o ministro, a expectativa é realizar ainda nesta semana uma nova reunião técnica e um encontro político com o representante comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, antes do encerramento da consulta pública que antecede a decisão sobre as tarifas. **PÁGINA 3**

INDICADORES

| IBOVESPA -0,25% / 172.020,68 / -426,90 / Volume: 20.858.552.230 / Negócios: 3.227.048 | | | | Bolsas no mundo | | Salário mínimo | R\$ 1.621,00 | IGP-M | -0,50% (jun.) | EURO turismo | Compra: 5,9546 | Venda: 6,1346 | | |
|---|-------|--------|-------|-----------------|--------|----------------|--------------|------------|---------------|--------------|----------------|---------------|-----------|-------|
| Mais Negociados | | | | Majores Altas | | Majores Baixas | | Fechamento | | | | | | |
| Preço | % | Oscil. | Preço | % | Oscil. | Preço | % | Oscil. | | | | | | |
| PETRA | 38,44 | +1,77 | +0,67 | SNSY5F | 1,64 | +25,19 | +0,33 | ESTRA | 2,60 | -17,98 | -0,57 | Dow Jones | 52.925,15 | -0,25 |
| ABEV3 | 15,61 | -1,70 | -0,27 | SEQL3F | 0,070 | +16,67 | +0,010 | FIEB | 10,10 | -12,10 | -1,39 | S&P 500 | 7.503,85 | -0,45 |
| COGN3 | 2,21 | -1,78 | -0,04 | SNSY5 | 1,75 | +15,89 | +0,24 | AZTE3F | 0,150 | -11,76 | -0,020 | US Tech 100 | 28.327,2 | -2,03 |
| B3SA3 | 14,53 | -0,34 | -0,05 | FSRF11F | 0,08 | +14,29 | +0,01 | AMBPF3F | 0,150 | -11,76 | -0,020 | Euronext 100 | 1.912,69 | -1,12 |
| BBD4 | 17,82 | -0,56 | -0,10 | COCE3 | 36,00 | +13,49 | +4,28 | RENV11 | 5,32 | -11,04 | -0,66 | CAC 40 | 8.436,24 | -0,51 |
| | | | | | | | | | | | | FTSE 100 | 10.665,88 | +0,13 |

| Salário mínimo | R\$ 1.621,00 | IGP-M | -0,50% (jun.) | EURO turismo | Compra: 5,9546 | Venda: 6,1346 |
|---|---|--|--|--|----------------|---------------|
| Ufir-RJ <td>R\$ 4,9604<td>IPCA-15<td>0,41% (jun.)<td>DÓLAR Ptax - BC<td>Compra: 5,1458</td><td>Venda: 5,1522</td></td></td></td></td> | R\$ 4,9604 <td>IPCA-15<td>0,41% (jun.)<td>DÓLAR Ptax - BC<td>Compra: 5,1458</td><td>Venda: 5,1522</td></td></td></td> | IPCA-15 <td>0,41% (jun.)<td>DÓLAR Ptax - BC<td>Compra: 5,1458</td><td>Venda: 5,1522</td></td></td> | 0,41% (jun.) <td>DÓLAR Ptax - BC<td>Compra: 5,1458</td><td>Venda: 5,1522</td></td> | DÓLAR Ptax - BC <td>Compra: 5,1458</td> <td>Venda: 5,1522</td> | Compra: 5,1458 | Venda: 5,1522 |
| Taxa Selic <td>14,25%</td> <td>CDI<td>14,75%</td><td>DÓLAR comercial<td>Compra: 5,1516</td><td>Venda: 5,1522</td></td></td> | 14,25% | CDI <td>14,75%</td> <td>DÓLAR comercial<td>Compra: 5,1516</td><td>Venda: 5,1522</td></td> | 14,75% | DÓLAR comercial <td>Compra: 5,1516</td> <td>Venda: 5,1522</td> | Compra: 5,1516 | Venda: 5,1522 |
| (17/06) | | Ouro <td></td> <td>DÓLAR turismo<td>Compra: 5,1822</td><td>Venda: 5,3622</td></td> | | DÓLAR turismo <td>Compra: 5,1822</td> <td>Venda: 5,3622</td> | Compra: 5,1822 | Venda: 5,3622 |
| TR <td>0,1726%</td> <td>BM&F/grama/RJ<td>R\$ 660,44</td><td></td><td></td><td></td></td> | 0,1726% | BM&F/grama/RJ <td>R\$ 660,44</td> <td></td> <td></td> <td></td> | R\$ 660,44 | | | |
| (08/07) | | EURO Comercial <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> | | | | |
| Poupança <td>0,6735%</td> <td>Compra: 5,8809</td> <td>Venda: 5,8815</td> <td></td> <td></td> <td></td> | 0,6735% | Compra: 5,8809 | Venda: 5,8815 | | | |
| (08/07) | | | | | | |

MERCADOS

Bovespa zera alta do mês com retorno das tensões entre EUA-Irã

CAROLINE ARAGAKI/AE

O retorno das tensões entre Estados Unidos e Irã sacramento a segunda queda seguida da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Ainda assim, o índice cedeu menos do que o Nasdaq e o S&P 500 por conta da valorização de Petrobras, apoiada no ganho de 5% do petróleo no pregão eletrônico.

Outro foco de atenção ficou para a política monetária. Embora o IGP-DI tenha caído 0,79% em junho, abaixo da mediana das estimativas do Projeções Broadcast (reco de 0,6%), o dia foi de abertura para a curva de juros, decorrente de uma aversão a risco global com o cenário no Oriente Médio. Para quarta-feira, o foco ficará na ata do Federal Reserve (Fed).

O Ibovespa (Índice Bovespa) chegou a recuar 0,58%, na mínima de 171.454,66 pontos, e a subir 0,64%, na máxima de 173.543,67 pontos pela manhã. Por fim, com giro financeiro de R\$ 20,67 bilhões, fechou em queda de 0,25%, aos 172.020,68 pontos, apagando a alta do mês de julho (0,0%). Petrobras ON (2,65%) e PN (1,77%) suavizou o reco de 2,04% de Vale ON e das ações de bancos, que chegaram a ceder até 2,62% (Unit do Santander Brasil) - a exceção ficou para leve alta de Bradesco ON (0,06%). Na semana, o índice cai 1,18% e no ano, avança 6,76%.

O pregão foi marcado por relatos de ataques atribuídos

ao Irã contra embarcações comerciais no Estreito de Ormuz, mesmo com Teerã mantendo negociações com os Estados Unidos. Para o especialista em renda variável da Manchester Investimentos, Felipe Cima, a incerteza sobre o fim do conflito no Oriente Médio é a principal justificativa para a queda do Ibovespa ontem.

Ontem à tarde, a aversão a risco piorou após o Departamento do Tesouro dos EUA revogar a autorização para produção, distribuição e venda de petróleo e produtos petroquímicos com origem no Irã. Como resultado, os contratos do Brent e WTI chegaram a saltar mais de 5% no pregão eletrônico e as ações da Petrobras acentuaram os ganhos.

DÓLAR

O dólar acentuou o ritmo de alta na reta final dos negócios, alinhado ao comportamento da moeda americana no exterior, diante da piora da percepção de risco geopolítico. O gatilho foi decisão dos Estados Unidos de revogar a licença para venda de petróleo iraniano, em resposta aos ataques a petroleiros no Estreito de Ormuz.

Com máxima de R\$ 5,1637, o dólar à vista encerrou o dia em alta de 0,41%, a R\$ 5,1528, após uma sequência de três sessões de queda. A moeda americana recua 0,2% nos cinco primeiros pregões de julho, depois de avanço de 2,38% em junho. No ano, as perdas são de 6,12%.

DATA CENTERS

Desafios no Brasil incluem fragmentação do custo de energia

RENAN MONTEIRO
E JOÃO CAIRES/AE

A atratividade do Brasil para a entrada de data centers ainda é impactada negativamente pela "fragmentação do arcabouço regulatório" aplicável à infraestrutura digital no país, de acordo com estudo divulgado ontem, pelo setor e elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A desintegração entre as normas, de diferentes órgãos, reduz a previsibilidade para investidores.

Outro ponto de atenção é o custo de energia. Segundo o relatório, o consumo elétrico representa o maior custo operacional de data centers. Logo, é defendido que o Brasil precisa "deixar clara a estratégia para buscar reduzir o custo da energia e permitir soluções de negócio com esse fim, como autoprodução". A contratação de energia no modelo de autoprodução tem sido uma das alternativas encontradas para economizar nas tarifas de energia no Brasil.

O detalhamento do estudo está sendo feito nesta terça em Brasília (DF) pelo Instituto Livre Mercado (ILM), a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Ab-

ib), a Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES), a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom), a Dig.IA e o Movimento Brasil Competitivo (MBC).

O Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (ReData), elaborado pelo governo federal, foi barrado no Senado Federal. Antes da vigência da Medida Provisória (MP) que instituiu o programa temporariamente, muitos investidores seguraram os aportes. Com a perspectiva do benefício fiscal, seria mais lógico, do ponto de vista contábil, esperar os efeitos do ReData - que até agora não encontrou caminho viável no Congresso.

A instabilidade e a baixa previsibilidade dos regimes de incentivos fiscais aplicáveis à infraestrutura digital são alguns dos gargalos centrais para o Brasil neste setor, ainda de acordo com o estudo da FGV. Outro achado é a "assimetria e a falta de padronização regulatória" nos processos de licenciamento e autorizações no campo ambiental, urbanístico e de uso do solo.

PRODUÇÃO DE CARROS

Anfavea aumenta previsão de crescimento de 2026 para 5,8%

EDUARDO LAGUNA/AE

Anfavea, entidade que representa as montadoras, revisou para cima as previsões ao desempenho do setor neste ano, após os resultados surpreendentes do primeiro semestre. A expectativa para o crescimento da produção passou de 3,7%, prognóstico anunciado em janeiro, para 5,8%.

A indústria espera agora um crescimento de 12,1% nas vendas de veículos no Brasil, bem

acima dos 2,7% previstos inicialmente. Se as previsões se confirmarem, as vendas vão superar 3 milhões de veículos em 2026, como não acontece, conforme a entidade, desde 2014.

O resultado só não deve ser melhor pela queda de 12,8% prevista pela Anfavea para as exportações. A entidade tinha começado o ano prevendo leve crescimento: alta de 1,3% nas exportações.

Os prognósticos levam em conta os juros elevados, com a Selic terminando o ano em 14%,

e não em 12% como esperava antes a Anfavea. Os juros altos, contudo, são

contrabalanceados, conforme a Anfavea, por estímulos à demanda agregada, que incluem as linhas de crédito e incentivos do governo para troca de caminhões e carros.

Ao anunciar as novas previsões, o presidente da Anfavea, Igor Calvet, chamou a atenção para o descolamento incomum entre os ritmos de produção e do mercado. Com a maior entrada de carros importados, a

produção não acompanha o crescimento das vendas de automóveis no Brasil, ao mesmo tempo em que a indústria brasileira perde vendas na Argentina.

"No final das contas, quando fechamos a equação, a nossa produção cresce, mas muito menos, proporcionalmente, do que o mercado", comentou Calvet em coletiva de imprensa. "Não vou falar que é a primeira vez, mas há um descolamento importante neste ano entre empacamentos e produção", acrescentou o executivo.

Anfavea: produção de veículos sobe 17,2% em junho ante junho de 2025

EDUARDO LAGUNA/AE

A produção de veículos subiu 17,2% no mês passado, frente a junho de 2025, chegando a 246 mil unidades, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus. Na comparação com maio, houve queda de 3% na produção das montadoras. O balanço foi divulgado ontem pela Anfavea, entidade que representa o setor.

Com isso, a produção de veículos terminou o primeiro semestre com crescimento de 8,8%. Nos seis primeiros meses

do ano, 1,37 milhão de veículos saíram das linhas de montagem.

As vendas do mês passado, de 272,5 mil unidades, foram as maiores para junho em 13 anos. Na comparação com junho de 2025, o mercado ficou perto da estabilidade, com leve queda de 0,8%. A espera pelo crédito mais barato da linha especial do governo para a troca de carros de taxistas e motoristas de aplicativos pode ter impedido um resultado melhor.

Com taxa abaixo de 1% ao mês, menos da metade dos juros de mercado, e prazo de até

72 meses, com carência de até seis meses, as contratações do Move Brasil Taxi e Aplicativos, nome do programa, só ocorreram em 19 de junho. Ainda assim, com liberações travadas pelos bancos, que temem o risco, apesar da cobertura do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

Nos seis primeiros meses do ano, foram vendidos 1,42 milhão de veículos, 18,5% acima do volume de um ano antes.

As exportações seguem sendo o destaque negativo do balanço da Anfavea, com queda de

26,7% nos embarques do mês passado frente a junho de 2025. Na comparação com maio, as exportações recuaram 1,9%, para 36,7 mil veículos.

As exportações desde o início do ano somam agora 216,6 mil veículos, uma queda de 21,2% na comparação com os seis primeiros meses de 2025.

O balanço da Anfavea mostra ainda que 824 vagas de trabalho foram criadas nas montadoras durante o mês passado. As fábricas de veículos terminaram o junho empregando 114,5 mil pessoas.

ALGcom

BNDES aprova projeto que reduz tempo de implantação de data centers

DENISE LUNA/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou um financiamento de R\$ 10,18 milhões para a empresa ALGcom desenvolver e viabilizar a produção, em escala industrial, de uma nova geração de data centers modulares nacionais em Caxias do Sul (RS).

Segundo o banco, a proposta mira infraestrutura de alto desempenho, eficiência energética e integração digital. A arquitetura modular, afirma o banco, pode reduzir em até 50% o tempo

de implantação de data centers de diferentes portes, além de diminuir a dependência de fornecedores estrangeiros e facilitar a instalação em várias regiões do País, inclusive em áreas remotas ou de difícil acesso.

O projeto será financiado pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel), administrado pelo Ministério das Comunicações, e o valor corresponde ao total previsto de investimento.

O desenvolvimento do projeto prevê ainda sistemas de climatização de precisão inte-

grados, com maior controle térmico, e a coleta de dados operacionais em tempo real por uma plataforma de internet das coisas (IoT), com análise baseada em algoritmos de aprendizado de máquina. Também serão criadas PDUs (unidades de distribuição de energia) inteligentes conectadas à plataforma, com meta de eficiência elétrica superior a 99,5%, correlacionando dados energéticos e climatização para otimizar a operação e elevar a eficiência global.

Com previsão de conclusão em 2028 e potencial de gerar pa-

rente brasileira, o projeto contará com equipe própria de pesquisa e desenvolvimento por 36 meses e apoio técnico de universidades e instituições científicas da região. Ao fim, a ALGcom estima a criação de cerca de 50 empregos diretos e 30 indiretos.

"Investimentos como esse fortalecem o setor brasileiro de telecomunicações, aumentando a competitividade, impulsionando a soberania tecnológica nacional e a cultura de inovação do País", afirmou em nota o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

PEDRO LUPION

FPA e Fazenda não chegam a acordo sobre renegociação das dívidas rurais

MATEUS MAIA, ISADORA
DUARTE E CÍCERO COTRIM/AE

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro Lupion (Republicanos-PR), afirmou ontem, que ainda não há acordo com o Ministério da Fazenda sobre o montante, taxas e prazo para renegociação das dívidas rurais. Parlamentares do grupo se reuniram com o

ministro Dario Durigan para debater o tema e receberam uma proposta de Medida Provisória, mas que ainda não alcançou consenso.

"Não chegamos a acordo, apresentamos ao ministro e ao líder do governo as nossas preocupações quanto a essa alteração estrutural nessa renegociação e agora nós vamos nos reunir novamente à tarde, fazer as

nossas contas e entender quais são os números, lembrando que não há qualquer tipo de acordo sobre o fim do PL 5122/2023 ou aprovação de uma medida provisória", afirmou à imprensa depois do encontro.

Ele disse ainda que a FPA não aceita o fim do PL das dívidas rurais aprovado no Senado e que há um embate político sobre esse teto. Segundo ele, como

não há mais possibilidade de alterar o texto no Congresso, porque já foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, o governo teria proposta fazer essas mudanças via MP.

"O que nos foi apresentado hoje foi uma série de alternativas ao PL 5122 através de uma medida provisória que passa a vigorar imediatamente da sua publicação.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

NEGOCIAÇÃO

Brasil vê avanço com EUA, mas mantém etanol de fora

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Em meio às negociações para evitar a aplicação de novas tarifas sobre produtos brasileiros, o Brasil identificou uma abertura dos Estados Unidos para ampliar a cooperação bilateral no combate ao crime transnacional, disse ontem o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa.

Após uma nova rodada de reuniões técnicas com representantes do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), o ministro avaliou que houve avanços em um tema considerado estratégico pelo governo.

"Nós tratamos de um pedido que o presidente Lula tem feito de cooperação integrada de combate ao crime transnacional. Há reconhecimento de que é possível avançar nesse ponto", afirmou.

Segundo o ministro, a expectativa é realizar ainda nesta semana uma nova reunião técnica e um encontro político com o representante comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, antes do encerramento da consulta pública que antecede a decisão sobre as tarifas.

Apesar do avanço em alguns temas, Márcio Elias Rosa reforçou que o governo pretende manter as negociações restritas à questão tarifária.

"A principal orientação do presidente é que não sairemos da mesa e também não deixaremos que outros temas sejam discutidos", disse.

ETANOL EXCLUÍDO

O ministro também voltou a defender que o etanol permaneça fora das negociações comerciais entre os dois países.

Segundo Márcio Elias Rosa,



TOMAZ SILVA/ABRASIL

discutir apenas a tarifa do biocombustível ignora a relação entre as cadeias produtivas de etanol e açúcar, além dos impactos para a indústria nacional.

"O governo vem defendendo que o etanol não seja tratado nessa discussão. É uma pena que outras pessoas pensem diferente para que o etanol americano possa entrar no mercado brasileiro com facilidade", afirmou.

Ele destacou ainda que o setor é estratégico, principalmente para o Nordeste, e lembrou que o açúcar brasileiro enfrenta fortes barreiras para entrar no mercado americano.

"Nosso açúcar tem sobretaxa nos Estados Unidos de quase 100%. Não dá para dissociar as duas cadeias", disse.

Diante do prazo apertado para um entendimento, o ministro afirmou que o governo concentrará esforços nos pontos em que há possibilidade de avanço. "O prazo é curto. Temos que fo-

car no que pode dar resultado positivo", declarou.

SETOR APOIA

Durante a audiência pública promovida pelo USTR, representantes da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia, da União Nacional do Etanol de Milho e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil reforçaram a posição defendida pelo governo brasileiro.

As entidades argumentaram que a queda das importações de etanol americano não decorre apenas de tarifas, mas principalmente da expansão da produção nacional de etanol de milho, que reduziu a necessidade de compras externas.

Na avaliação do setor, Brasil e Estados Unidos, os dois maiores produtores mundiais de etanol, deveriam priorizar a expansão do mercado internacional de biocombustíveis, em vez de

ampliar disputas comerciais bilaterais.

O QUE É A SEÇÃO 301

As negociações ocorrem paralelamente à investigação aberta pelo USTR com base na chamada Seção 301 da Lei de Comércio dos Estados Unidos.

O instrumento permite ao governo americano investigar práticas comerciais de outros países consideradas desleais ou prejudiciais às empresas dos EUA. Ao fim do processo, Washington pode aplicar medidas como sobretaxas sobre produtos importados ou outras restrições comerciais.

No caso brasileiro, a investigação questiona políticas relacionadas ao comércio digital, propriedade intelectual, compras governamentais e outros temas. Antes da decisão final, o governo americano realiza uma consulta pública com empresas e entidades interessadas.

FARMÁCIAS

Preços de medicamentos podem variar mais de 2.400% em SP

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Um mesmo medicamento genérico comprado em diferentes estabelecimentos comerciais da cidade de São Paulo pode apresentar uma diferença de até 2.433,59% no preço. O alerta foi feito ontem pelo Procon-SP.

Segundo o órgão, uma cartela com 30 comprimidos de 5 miligramas de um medicamento para disfunção erétil, por exemplo, pode custar R\$ 98,05 em uma farmácia da zona norte de São Paulo e R\$ 3,87 em um estabelecimento da zona sul.

Já a cartela com 30 comprimidos de 25 microgramas de um medicamento de referência para tratar o hipotireoidismo, por exemplo, pode custar R\$ 10,73 ou R\$ 41,43, dependendo da far-

mácia ou drogaria em que for adquirido.

Segundo o levantamento, em geral os medicamentos genéricos são mais baratos que os de referência, que são aqueles de marca. Em média, um genérico pode custar 63,05% menos que o de referência, o que pode significar uma grande economia para o bolso do consumidor.

Por causa dessa grande diferença de preços entre um estabelecimento comercial e outro, o Procon alerta para que o consumidor faça uma pesquisa de preços e sempre verifique, antes de fazer a compra, sobre a disponibilidade do medicamento em algum programa social oferecido pelos governos federal, estadual ou municipal, o que poderia garantir acesso

gratuito ou com descontos a esse remédio.

Também é importante analisar se há algum desconto oferecido pelo plano ou seguro de saúde. Além disso, alguns laboratórios ou as próprias drogarias podem oferecer descontos nos preços dos remédios por meio de programas de fidelidade.

Outro alerta do Procon é para que o consumidor sempre observe se o medicamento tem registro no Ministério da Saúde e se o número do lote e o prazo de validade e de fabricação informados na embalagem correspondem ao que consta na cartela. Outra dica dada pelo órgão é para que o consumidor avalie com o seu médico sobre o uso dos medicamentos genéricos, que cos-

tumam ter preços mais acessíveis.

A PESQUISA

O levantamento foi feito pelo Procon em dez farmácias e drogarias da cidade de São Paulo nos dias 19 e 20 de maio. A pesquisa também foi realizada presencialmente em outros dez municípios do estado de São Paulo e, de forma online, em dez sites de grandes redes.

Tanto na pesquisa presencial quanto na online, foram comparados preços de mais de 70 medicamentos genéricos e de referência como antitérmicos, anti-inflamatórios, ansiolíticos, antibióticos, anticoncepcionais, antidepressivos, e para disfunção erétil, artrite reumatoide e controle de colesterol, entre outros.

SENADOS

Alcolumbre diz que não há previsão de pautar projetos sobre pisos salariais

NAOMI MATSUI/AE

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou ontem, que não pretende pautar nenhum projeto para aumentar ou fixar pisos salariais para categorias, por causa do impacto nas contas públicas.

"Se depender do meu desejo,

do ponto de vista da coerência com que tenho acompanhado as manifestações em relação ao equilíbrio fiscal do Estado brasileiro, dos Estados e municípios, não tenho previsão de deliberação de nenhum desses pisos na pauta do Senado", disse, durante sessão.

A declaração veio após o se-

nador Fabiano Contarato (PT-ES) cobrá-lo sobre a proposta que cria um piso salarial de R\$ 3.036 para garís e margaridas. Segundo Contarato, há "dois pesos e duas medidas" do Senado, por travar o projeto ao mesmo tempo em que avançou com a ampliação de um piso para médicos e dentistas.

Em junho, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou um texto para ampliar o piso para essas duas categorias para o equivalente a R\$ 13,6 mil em 2024 e, com a atualização do mínimo, R\$ 14.589 neste ano, para jornadas de 20 horas semanais. O piso atual de médicos e dentistas é de R\$ 3.636.

ABRADEE

Número de acidentes com rede elétrica no país cresceu em 2025

ALANA GANDRA/ABRASIL

O número de acidentes com a rede elétrica aumentou de 685 casos, em 2024, para 703, em 2025, segundo balanço divulgado ontem pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

Apesar do aumento das ocorrências, a associação constatou menos óbitos causados por esses incidentes: foram 257 casos em 2024 e 252 no ano passado.

De acordo com a pesquisa, a construção civil é a atividade em que ocorrem mais acidentes no país. Em 2025, foram 227 incidentes relacionados a obras, reformas e serviços de manutenção predial, que resultaram em 68 mortes.

A diretora de Comunicação e Sustentabilidade da Abradee, Cristina Garambone, chamou a atenção para a importância dos cuidados da população em relação à rede elétrica "porque, por trás de cada acidente, há a vida de uma pessoa e uma família impactada".

"O que a gente percebe é que, muitas vezes, os acidentes com mortes ocorrem em momentos de distração ou quando a pessoa acha que está dando um jeitinho. Por exemplo, algumas obras informais ou mesmo dentro de casa", indicou Cristina Garambone, em entrevista à Agência Brasil.

A Abradee recomenda que somente profissionais devem realizar trabalhos na rede elétrica.

LESÕES GRAVES

Cristina ponderou que, embora o número de mortes tenha reduzido em 2025, ocorreram 241 lesões graves, incluindo mutilações. Outras 210 vítimas apresentaram lesões leves.

"A gente quer aumentar a consciência e diminuir esses números. A gente só vai ficar satisfeito quando tiver zero acidente".

A pesquisa destaca também o crescimento dos acidentes relacionados à operação de equipamentos perto da rede elétrica, entre os quais máquinas agrícolas e guindastes. Em 2025, foram 66 registros, quase o dobro do observado no ano anterior. Outra questão grave, conforme informou a diretora, são as ligações clandestinas, conhecidas em alguns estados como "gatos" ou "macacos". Estão relacionadas a essas ligações 30 ocorrências, com 15 mortes.

NÚMEROS REGIONAIS

A Região Sudeste foi a que mais concentrou acidentes no país em 2025, com 243 ocorrências, 78 mortes, 91 casos de lesões graves e 74 lesões leves. Entre as principais causas de ocorrência na região estão os acidentes ligados à construção civil.

Segundo a Abradee, no Norte, as ocorrências foram associadas principalmente a atividades próximas à rede elétrica e intervenções irregulares. No Sul, as atividades de construção e manutenção predial permanecem entre os principais fatores de risco observados.

CEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CELPAR
CNPJ Nº 02.201.787/0001-85

Assembleia Geral Extraordinária – Convocação – Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 24 de julho de 2026 em sua sede social à Rua Maria Angélica, nº 310 - parte, Jardim Botânico, às 11:00 horas, para relificarem e ratificarem a Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2026, sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31/12/2025; b) Deliberação sobre o Resultado do Exercício; e c) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 06 de julho de 2026. A Diretoria.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES **funarte** **MINISTÉRIO DA CULTURA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos, por empresa especializada na prestação de serviços relativos à execução de atividades materiais, acessórias, instrumentais e complementares, bem como de funções correlatas às atividades desempenhadas cotidianamente em aulas, apresentações públicas e na manutenção dos espaços e equipamentos da Escola Nacional de Circo Luiz Olimecha (ENCLC), vinculadas à área de atuação de Professor, localizada na Rua Elpidio Boamorte, s/nº, Praça da Bandeira, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20270-170, pertencente à Fundação Nacional de Artes (Funarte), a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Abertura das Propostas: 23/07/2026 às 11:00 horas.
Local: Fundação Nacional de Artes - FUNARTE
Endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://www.gov.br/funarte/pt-br>

Valquíria Pimentel da Cunha Correia
Pregoeira
Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

Angus Rio's SPE Restaurante S.A.
CNPJ/MF nº 24.931.302/0001-41 - NIRE 3330032026-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1/7/2026
Data, Hora e Local: As 10hs do dia 1/7/2026, no endereço da Companhia.
Qualificação dos Acionistas presentes: Assador Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 19.712.980/0001-83, com sede estabelecida na Avenida Doutor Churci Zaidan nº 1550, Conjunto 1814, Bairro Vila São Francisco (Zona Sul), município de São Paulo/SP, neste ato representado por seus diretores designados: i) **Angelo Coser Neto**, RG nº 56.648.401-8 SSP/SP, CPF/MF nº 458.082.128-98, e ii) **Mara Larios Santalla**, RG nº 6.653.459-8 SSP/SP, CPF/MF nº 075.627.038-33, acionista representando 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Companhia. **Convocação e Publicações:** dispensadas as formalidades conforme disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/1976, mediante o comparecimento de todos os acionistas. **Mesa:** Angelo Coser Neto - Presidente; Mara Larios Santalla - Secretária. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** os Acionistas presentes deliberaram, por unanimidade por reduzir o capital social, considerado excessivo para o desempenho das atividades sociais da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/1976, em R\$ 8.000.000,00, cancelando-se as respectivas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, na proporção da participação da acionista no capital social da Companhia, passando o capital social de R\$ 10.000.000,00 para R\$ 2.000.000,00. a) A redução do capital social acima referida será efetivada por meio do cancelamento de 8.000.000,00, sem valor nominal, de propriedade da acionista única. b) Os efeitos da redução do capital social, ora aprovada, ficarão condicionados à ausência de oposição de credores da Companhia no prazo de até 60 dias a contar da data da publicação desta Ata, conforme disposto pelo artigo 174 da Lei nº 6.404/1976. c) O valor de redução do capital será registrado contabilmente em conta do passivo não circulante para restituição à acionista única, no prazo de até 24 meses, a contar a partir dos efeitos produzidos pelo item "b", acima. d) Fica esclarecido, para todos os fins e efeitos, que a Companhia não é emissora de debêntures, razão pela qual não se aplica o previsto no artigo 174, §3º da Lei nº 6.404/1976. e) A presente redução encontrar-se-á efetivada e liquidada, por meio dos valores já pagos pela companhia a acionista único, a título de antecipação, no período de 02/02/2026 a 18/05/2026, totalizando a redução de R\$ 8.000.000,00, bem como com a produção dos efeitos do item "b", acima. f) Os diretores da Companhia ficam autorizados a tomar todas as medidas necessárias para a formalização da redução do capital social, incluindo, sem se limitar, a publicação de extrato desta Ata nos termos do artigo 174, caput da Lei nº 6.404/1976. g) Em decorrência da redução do capital social da Companhia, o artigo 4º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 4º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.000.000,00, dividido em 2.000.000 de ações, todas ordinárias nominativas sem valor nominal. §1º. Cada ação nominativa de emissão da Companhia atribuirá aos seu titular, o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas. §2º. E vedada a constituição de qualquer gravame sobre as ações da Companhia. **Ata da Assembleia:** será lavrada na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/1976 e conforme aprovado pelos Acionistas. **Encerramento:** Nada mais. Rio de Janeiro, 1/7/2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM DUAS SÉRIES, DA 41ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO. Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Duas Séries, da 41ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/IME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 41ª Emissão da Canal Companhia de Securitização" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 28 de julho de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual a cada devedor habitado do Titular do CRA, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Automático, nos termos da Cláusula 8, alínea (I), da CPR-E, em razão do descumprimento de obrigação pecuniária, consistente em eventual inadimplimento da parcela de amortização com vencimento em julho de 2026, ficando desde já aprovado que os valores correspondentes à parcela não paga serão incorporados ao saldo devedor da Emissão, observados os demais termos e condições dos Documentos da Operação, bem como a dispensa da incidência dos Encargos Moratórios exclusivamente sobre a referida parcela inadimplida; (II) Ratificar a contratação do escritório Paulo Lourenço Diaz Advocacia para a elaboração e apresentação das duas manifestações judiciais realizadas no âmbito da Operação, bem como ratificar o pagamento dos respectivos honorários advocatícios, às expensas do Patrimônio Separado, nos termos da proposta reconhecida pela Securitizadora; (III) A autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditivos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRA Agronegócio", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários/comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e, d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais informações referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 08 de julho de 2026. Alejandro Merino - Diretor de Securitização

FRAUDES EM LICITAÇÕES

Ex-servidores da Prefeitura de SP entram na mira do Gaeco

FELIPE DE PAULA E FAUSTO MACEDO/AE

Promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de São Paulo foram às ruas ontem, para cumprir buscas contra dois ex-servidores da Prefeitura de São Paulo investigados por fraudes em licitações para aquisição de sistemas de ar-condicionado.

Exonerados em março deste ano, agora eles são alvo da Operação Ar Frio, que apura se eles atuaram para direcionar processos licitatórios em favor de empresas previamente combinadas, em troca de propina, entre 2022 e 2025.

Após a operação, a Prefeitura de São Paulo informou que, "em março deste ano, não só exonerou preventivamente seis servi-

dores como a própria administração municipal levou a denúncia ao Ministério Público, diante da informação de irregularidades envolvendo todos eles" (leia a íntegra abaixo). A Prefeitura e as pastas onde os servidores trabalhavam não são alvos de buscas.

Um dos ex-servidores alvo de busca e apreensão ontem é Vinicius Felipe Moreno, que era lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras (SIURB). O outro investigado é Bruno Conrado do Espírito Santo, ex-coordenador de licitações da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).

Os investigadores consideram no mínimo inusitado o fato de um servidor comissionado que recebia salário de R\$ 2 mil ser o responsável pelo processo de licitação de R\$ 1 bilhão.

Durante o cumprimento de

um dos mandados, promotores do Gaeco encontraram e apreenderam R\$ 100 mil em espécie com um dos investigados.

O Estadão apurou que a investigação, ainda em fase inicial, identificou referências a diversas licitações supostamente influenciadas pelos investigados, entre elas um processo para contratação de serviços de ar-condicionado. De acordo com a Promotoria, há indícios de que eles teriam atuado para fraudar o certame, que acabou sendo suspenso em 5 de março.

De acordo com os elementos reunidos até o momento pelo Gaeco, os valores obtidos com o esquema seriam "incompatíveis com os rendimentos formalmente declarados pelos investigados, havendo indícios de aquisição de imóveis, veículos e outros bens por meio de interpostas pessoas, o que, em tese,

pode configurar também ocultação de patrimônio de origem ilícita".

PREFEITURA

"A Prefeitura de São Paulo informa que, em março deste ano, não só exonerou preventivamente seis servidores como a própria administração municipal levou a denúncia ao Ministério Público, diante da informação de irregularidades envolvendo todos eles. A Prefeitura reforça que não compactua com desvios de conduta ou qualquer tipo de irregularidade. O compromisso da administração é com a ética, a transparência e o respeito ao dinheiro público. A Prefeitura informa ainda que continuará colaborando e sempre tem feito, para que as denúncias sejam apuradas com rigor para evitar práticas que afrontem o interesse público."

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO EM SÉRIE ÚNICA DA 178ª (CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO. Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em série única, da 178ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/IME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 15 de julho de 2026, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a possibilidade do Avalista Pessoa Física, conforme definido nos documentos da operação, autorizar garantia fidejussória sob a forma de fiança no âmbito de operação de certificados de recebíveis do agronegócio, em 2 (duas) séries, com volume total de até R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), lastreados em determinados direitos creditórios do agronegócio cedidos pela Agripar Biofertilizantes do Cerrado SPE Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 65.176.237/0001-73, sem que tal participação caracterize Evento de Vencimento Antecipado Não Automático no âmbito da presente Emissão, conforme disposto na cláusula 4.2.7.2, subitem (ii) do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 178ª (Centésima Septuagésima Oitava) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devedores pela Agripar Biofertilizantes do Cerrado SPE Ltda." ("Termo de Securitização"). Ficam constatando que, durante o período compreendido entre a data de publicação do edital de primeira convocação e a data da aprovação da presente matéria em Assembleia, poderá ocorrer o efetivo ingresso do Avalista Pessoa Física na referida operação. Nessa hipótese, caso este item seja aprovado, será integralmente afastada a caracterização de evento de vencimento antecipado, nos termos da cláusula 4.2.7.2, subitem (ii) do Termo de Securitização; (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA AGRIONE", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários/comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e, d) quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRA indicado nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais informações referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 07 de julho de 2026. Alejandro Merino - Diretor de Securitização

DATAFOLHA

Marina tem 18%, Tebet soma 16% e Salles, 13% na disputa ao Senado

JULIANO GALISI/AE

Pesquisa Datafolha divulgada na segunda-feira passada, aponta que as ex-ministras Marina Silva (Rede) (foto) e Simone Tebet (PSB) lideram as intenções de voto para o Senado em São Paulo. Segundo o levantamento, Marina tem 18% da preferência do eleitorado, seguida por Simone, com 16%

As ex-ministras estão em empate técnico dentro da margem de erro da pesquisa. Tebet também está tecnicamente empatada com Ricardo Salles (Novo), que registrou 13% de menções. Ele, por sua vez, empatava tecnicamente com André do Prado

(PL), com 11%, Guilherme Derrite (PP), com 10%, e Paulinho da Força, do Solidariedade, com 8%.

Os dados são da pesquisa estimulada, quando as opções de voto são apresentadas ao entrevistado. Cada pessoa ouvida pelo Datafolha pode responder citando até dois nomes de preferência. Na pesquisa espontânea, quando o entrevistado deve dizer a preferência de voto por conta própria, 81% disseram não saber

em quem votar.

Nas eleições de 2026, cada estado vai eleger dois representantes ao Senado. Dois terços da Casa de 81 membros serão renovados.

O levantamento foi realizado entre os dias 1º e 3 de julho com 1 608 eleitores em 71 municípios paulistas. A margem de erro é de dois pontos percentuais, e o nível de confiança é de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob os números SP-

01703/2026 e BR-06481/2026.

Tanto Marina quanto Simone são ex-ministras do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Marina comandou a pasta de Meio Ambiente e Simone, a do Planejamento. Elas deixaram o cargo a tempo do prazo legal para concorrer no pleito deste ano.

A mesma pesquisa Datafolha que avaliou a intenção de voto para o Senado mostrou que o governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) é bem avaliado por 45% dos paulistas. O mandatário lidera as intenções de voto para o Palácio dos Bandeirantes. MP combate fraudes em licitações da prefeitura de São Paulo.

IN-HAUS Industrial e Serviços de Logística S/A

Table with financial data for IN-HAUS Industrial e Serviços de Logística S/A, including balance sheets, income statements, and cash flow statements for 2024 and 2025. The table is organized into several sections: Balanços patrimoniais, Demonstrações dos resultados, Demonstrações das mutações do patrimônio líquido, Demonstrações dos fluxos de caixa, and Cartão da Administração. It includes detailed line items for assets, liabilities, equity, income, expenses, and cash flows, along with management information and a detailed explanatory note on the financial statements.

UNHA E CARNE

Ex-prefeito e ex-secretário de Polícia Civil são alvos da PF

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

O ex-prefeito de Belford Roxo Márcio Canella e o ex-secretário de Polícia Civil delegado Marcus Amim estão entre os alvos da sexta fase da Operação Unha e Carne, deflagrada ontem pela Polícia Federal, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A ação visa a desarticular uma organização criminosa suspeita de utilizar uma rede de postos de combustíveis no Grande Rio como plataforma de lavagem de dinheiro, com participação de agentes públicos.

Os policiais federais cumpriram 19 mandados de busca e apreensão nos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Resende e Rio de Janeiro. Além do ex-prefeito e do delegado, há um policial civil e um ex-policial

militar entre os alvos.

A Justiça determinou ainda o sequestro de bens e valores e a suspensão de atividades econômicas de empresas ligadas ao grupo investigado.

Em decorrência da operação, o político da Baixada Fluminense foi levado para prestar depoimento na Superintendência da Polícia Federal (PF) no Rio, no Centro do Rio de Janeiro.

Em nota, a Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro informou que a Corregedoria-Geral da corporação instaurou uma investigação disciplinar para apurar os fatos relacionados a seus integrantes.

“A Polícia Civil acompanha o caso de perto e reafirma que não compactua com eventuais desvios de conduta. A instituição mantém mecanismos de controle interno, voltados à apuração de irregularidades e colabo-

ra com os demais órgãos sempre que necessário”, afirmou.

“O compromisso da corporação é com a legalidade, a transparência e a correta prestação do serviço público à sociedade”, concluiu a nota.

MOVIMENTAÇÃO

O Relatório de Inteligência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), enviado à PF, indicou que o esquema do grupo criminoso investigado teria movimentado mais de R\$ 7,6 bilhões nos últimos seis anos.

“Além do crime de organização criminosa, os investigados poderão responder por contratação direta ilegal e lavagem de dinheiro, além de outros que poderão surgir no decorrer das investigações”, disse a PF na nota.

Na operação, os policiais apreenderam na casa de um dos

alvos, no bairro de Cambinhas, em Niterói, cinco revólveres, um fuzil, munição, relógios, joias, dinheiro (real, dólar, libra e euro) e quatro veículos de luxo.

Na casa de outro alvo, essa no bairro de Piratininga, também em Niterói, foram apreendidos dois carros de luxo.

Segundo a PF, a ação desta terça-feira faz parte da Força-Tarefa Missão Redentor II, “iniciativa coordenada pela Polícia Federal que visa desarticular organizações criminosas atuantes no estado do Rio de Janeiro, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 635”.

Márcio Canella foi eleito vereador, deputado estadual e prefeito de Belford Roxo, onde cumpriu mandato entre 2025 e 2026. Em abril deste ano, deixou o cargo para se candidatar nas próximas eleições.

ORLA DA CIDADE

Rio lança Tolerância Zero contra exploração ilegal do espaço público

WIKIPÉDIA



O prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere (foto), anunciou, ontem, a criação do Programa Tolerância Zero contra a Exploração Irregular do Espaço Público. A nova política permanente de ordenamento urbano será implantada na orla do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon, com ações diárias para recuperar os espaços públicos, combater atividades sem autorização, proteger quem trabalha dentro da lei e impedir a reocupação das áreas fiscalizadas. A operação terá início no próximo dia 16 de julho.

“O objetivo é combater a exploração ilegal do espaço público pelo crime organizado. Vender produto de origem ilegal ou alugar equipamento com origem criminosa é crime. O recado é para que, a partir da data do início dessa operação, essas pessoas não procurem ocupar esses espaços ilegalmente, porque a tolerância vai ser zero. Quando você não tem legalização, você não pode desempenhar nenhuma atividade econômica no espaço público”, afirmou o prefeito.

Coordenado pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (Seop), o programa será baseado na ocupação territorial contínua, no patrulhamento ostensivo e na fiscalização integrada, com uso de tecnologias de monitoramento.

“Além da permanência territorial, vamos ter diversas ações de inteligência com a Polícia Civil e com a Polícia Militar. Somando Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon, nós já identificamos mais de mil pontos de venda explorados ilegalmente. Teremos fiscalizações diárias com patrulhamento ostensivo, pontos com controle de acesso, apreensões de mercadorias irregulares e combate aos depósitos clandestinos”, explicou o secretário municipal de Ordem Pública, Marcus Belchior.

“A ocorrência não foi objeto de investigação e, portanto, não haverá emissão de relatório final”, diz o Cenipa.

Aqui no Brasil, a operação de drones precisa de autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O Cenipa informou que após a coleta e a análise técnica de dados, a ocorrência foi classificada como “incidente aeronáutico”.

“A ocorrência não foi objeto de investigação e, portanto, não haverá emissão de relatório final”, diz o Cenipa.

Aqui no Brasil, a operação de drones precisa de autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

CLASSIFICAÇÃO

Para fins de classificação e eventual pré-seleção no processo seletivo, será utilizada a edição do Enem em que o estudante obteve a melhor média.

A classificação ainda observará a modalidade de concorrência escolhida na inscrição pelo candidato, por curso, turno, local de oferta e instituição, além de considerar se o candidato concorre em ampla concorrência ou às bolsas destinadas à implementação de políticas afirmativas.

RESULTADO

O resultado da primeira chamada será divulgado no dia 15 de julho na página do Prouni. Já a segunda chamada sairá no dia 5 de agosto.

Depois disso, os selecionados na primeira chamada precisam comprovar as informações de 15 a 24 de julho. Já os da segunda chamada deverão confirmar entre os dias 5 e 14 de agosto.

GALEÃO

Avião de companhia argentina identifica impacto de drone

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Um avião da companhia Aerolíneas Argentinas, que realizava o voo AR-1268 (Buenos Aires-Rio de Janeiro), teve danos causados pelo impacto de um drone na região do motor.

A constatação é da equipe de manutenção da companhia, que realizou a vistoria após a aeronave pousar no Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, no Rio de Janeiro.

leão, no Rio de Janeiro.

O registro da ocorrência foi no dia 1º de junho, mas só tornado público neste fim de semana. De acordo com a RIOgaleão, empresa concessionária que opera o aeroporto, a Aerolíneas Argentinas identificou “um fragmento compatível com peça de drone na aeronave”.

No entanto, não foi possível identificar em que momento ocorreu o impacto. Segundo a concessionária, no dia 1º não

havia nenhuma operação autorizada com drones na área do aeroporto.

CENIPA

O caso foi informado ao Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), vinculado à Força Aérea Brasileira (FAB).

O órgão de investigação registra que o dano não causou intercorrência no procedimento de pouso nem houve danos a

terceiros.

O Cenipa informou que após a coleta e a análise técnica de dados, a ocorrência foi classificada como “incidente aeronáutico”.

“A ocorrência não foi objeto de investigação e, portanto, não haverá emissão de relatório final”, diz o Cenipa.

Aqui no Brasil, a operação de drones precisa de autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

EDUCAÇÃO

Inscrições para Prouni 2026 do segundo semestre estão abertas

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

Os interessados em uma bolsa de estudos pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) já podem se inscrever no processo seletivo do segundo semestre. O prazo de inscrições começou ontem prossegue até a sexta-feira.

O procedimento deve ser feito diretamente no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, do Ministério da Educação (MEC).

A iniciativa federal oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50% do valor da mensalidade) em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

O candidato deverá optar por concorrer a bolsas destinadas à ampla concorrência ou àquelas destinadas a pessoas com deficiência (PCD) e autodeclaradas indígenas, pardas ou pretas.

Todas as informações sobre as regras deste processo seletivo

estão no Edital nº 51/2026, publicado na última quarta-feira (1º) pelo Ministério da Educação (MEC).

QUEM PODE

Para se inscrever, é necessário que o estudante tenha completado o ensino médio; participado das edições de 2024 ou de 2025 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); obtido, no mínimo, 450 pontos na média das cinco provas do exame; e não tenha zerado a redação do Enem.

Os candidatos precisam atender a pelo menos uma das seguintes condições:

- ter feito o ensino médio integralmente em escola da rede pública
- ter feito o ensino médio como bolsista integral ou bolsista parcial em instituição privada
- ter mesclado o ensino médio entre escola pública e privada

- ser uma pessoa com deficiência como previsto na legislação
- ser professor ativo da rede pública de ensino que queiram cursar licenciatura ou pedagogia. Para esses docentes, não é exigido o limite de renda que se aplica aos demais candidatos

Quem participou do Enem na condição de treineiro, ou seja, para autoavaliação antes mesmo de concluir o ensino médio não pode se inscrever no Prouni 2026.

Além disso, é necessário que todos os inscritos se atentem aos critérios de renda exigidos para a obtenção da bolsa.

Para as bolsas integrais, que cobrem 100% do valor da mensalidade, a renda familiar bruta mensal por pessoa é de até 1,5 salário mínimo.

Já para as bolsas parciais, que cobrem 50% do valor da mensalidade, a renda familiar bruta mensal por pessoa é de até três salários mínimos.

deste ano, já foram realizadas mais de 61,5 mil cirurgias, sendo as mais demandadas hernioplastia, retirada de vesícula e vasectomia. A unidade, que integra programa do Governo Federal para ampliação da oferta de cirurgias no SUS, tem atuação direta na re-

dução das filas de espera na cidade do Rio de Janeiro. O centro foi criado a partir de um investimento de mais de R\$ 123 milhões, com reformas estruturais, ampliação da área física e aquisição de equipamentos de última geração. Hoje, o SCCC opera com 13

salas cirúrgicas – nove delas preparadas para videocirurgias – em uma área total de 930m². Além do bloco cirúrgico principal, o SCCC abriga o Centro de Especialidades Cirúrgicas, voltado para consultas e pequenos procedimentos, ampliando mais o alcance.

SAÚDE

Super Centro de Cirurgia completa três anos com mais de 61 mil procedimentos

O Super Centro Carioca de Cirurgia (SCCC), da Prefeitura do Rio, localizado no Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, completou ontem três anos, consolidando-se como um dos principais espaços cirúrgicos do país. Desde a inauguração, em 2023, até maio

deste ano, já foram realizadas mais de 61,5 mil cirurgias, sendo as mais demandadas hernioplastia, retirada de vesícula e vasectomia. A unidade, que integra programa do Governo Federal para ampliação da oferta de cirurgias no SUS, tem atuação direta na re-

dução das filas de espera na cidade do Rio de Janeiro. O centro foi criado a partir de um investimento de mais de R\$ 123 milhões, com reformas estruturais, ampliação da área física e aquisição de equipamentos de última geração. Hoje, o SCCC opera com 13

salas cirúrgicas – nove delas preparadas para videocirurgias – em uma área total de 930m². Além do bloco cirúrgico principal, o SCCC abriga o Centro de Especialidades Cirúrgicas, voltado para consultas e pequenos procedimentos, ampliando mais o alcance.

ESTUDO

Duas a cada 3 mulheres vítimas de violência já tinham sofrido agressões

RAYANDERSON GUERRA/AE

Dois terços das mulheres que buscaram atendimento médico no sistema de saúde após sofrerem agressões em ambiente doméstico relataram que o episódio não foi uma ocorrência isolada, mas a repetição de violências anteriores.

Os dados constam no Atlas da Violência, estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), elaborado com base nos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde.

Ao todo, as unidades de saúde do País prestaram assistência a 186.177 mil mulheres vítimas de violência doméstica. Desse total, 100,8 mil declararam já ter sofrido ao menos um episódio de violência anteriormente.

"A sustentação desse ciclo frequentemente envolve estratégias de controle e isolamento, por meio das quais o agressor limita o acesso da mulher a redes de apoio - familiares e serviços - e amplia sua dependência. Nesse contexto, não é incomum que mulheres transitem reiteradamente pelos serviços de saúde após episódios de violência, sem que haja uma interrupção efetiva da dinâmica abusiva. Em muitos casos, essa trajetória contínua de violência culmina em desfechos letais, evidenciando como as desigualdades de gênero operam de forma estrutural e podem resultar em feminicídio", diz o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Segundo os dados do siste-

ma de saúde, 3.642 mulheres foram assassinadas no Brasil em 2024, o que corresponde a uma taxa de 3,4 mortes a cada 100 mil mulheres. Esse número representa uma queda de 6,7% das mortes em relação a 2023.

De acordo com o Atlas da Violência, apesar da tendência de redução dos casos de mortes de mulheres, o volume de casos ainda permanece alarmante.

"Trata-se de uma tendência de redução que vem sendo registrada ao longo da última década. Desde 2014, primeiro ano da série histórica analisada aqui, houve diminuição de 27,7% na taxa de homicídios de mulheres notificadas pelo sistema de saúde. Apesar desse recuo, o volume absoluto de casos permanece alarmante e evidencia a persistência da violência letal de gênero no país: entre 2014 e 2024, 46.336 mulheres foram assassinadas no Brasil", diz o levantamento.

MULHERES NEGRAS

Em 2024, foram registradas 2.457 mulheres negras vítimas de homicídio, o que representa 67,5% do total de homicídios femininos. Trata-se de uma taxa de 4,0 mulheres negras mortas a cada 100 mil mulheres.

Naquele ano, a taxa de vitimização por homicídio de mulheres negras (4,0 homicídios por 100 mil mulheres) foi 66,7% superior à taxa verificada entre mulheres não negras (2,4).

"As mulheres negras, entendidas como pretas e pardas, assumem destaque. Os dados do sistema de saúde, referentes aos homicídios femininos analisados por raça/cor, evidenciam que elas são as principais vítimas da violência letal", diz o relatório.

SEGUIDORES

Direita concentra 53% do engajamento entre deputados nas redes

MATEUS MAIA
E RAISA TOLEDO/AE

Mais da metade do engajamento (52,3%) dos deputados federais mais seguidos nas redes sociais é de representantes do campo da direita. Os dados são de levantamento do Nexus publicado ontem, com os cinco deputados mais seguidos da direita, cinco da esquerda e cinco do centro.

Para esta análise, a Nexus avaliou o desempenho dos 15 parlamentares nas redes Instagram, X, Facebook, YouTube e TikTok, entre 1º de fevereiro e 30 de abril de 2026, considerando os perfis oficiais ativos de cada um. Nem todos os deputados mantêm presença nas cinco plataformas.

O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) atingiu o Índice de Relevância nas Redes (IR² Nexus) global de 80,29 pontos no período, em uma escala de 0 a 100. O score ficou consideravelmente acima dos outros 14 perfis analisados (cinco de cada uma das três linhas ideológicas) e representa mais do que o dobro do índice registrado pelo segundo colocado, Fábio Teruel (MDB-SP), que somou 35,92 pontos.

Em seguida, no ranking por relevância, vêm os deputados Gustavo Gayer (PL-GO), com 25,81 pontos; Erika Hilton (PSOL-SP), com 22,13; e André Janones (Rede-MG), com 18,23.

O índice é calculado com base em quatro critérios: volume de publicações (frequência), volume de interações (engajamento), quantidade de seguidores (alcance) e média de interações por post (efi-

ciência), combinados em metodologia própria.

A escala vai de 0 a 100, e a pontuação máxima reflete o melhor desempenho registrado entre os perfis analisados em cada rede - ou seja, scores elevados indicam liderança relativa dentro do grupo avaliado.

Veja os parlamentares analisados na pesquisa:

- **Direita:** Nikolas Ferreira (PL-MG), Marco Feliciano (PL-SP), Sargento Fahur (PL-PR), Douglas Viegas (União-SP) e Gustavo Gayer (PL-GO);
- **Centro:** Tiririca (PSD-SP), Fábio Teruel (MDB-SP), Delegado Bruno Lima (PP-SP), Delegado Palumbo (Podemos-SP) e Túlio Gadelha (PSD-PE);
- **Esquerda:** Erika Hilton (PSOL-SP), André Janones (Rede-MG), Tabata Amaral (PSB-SP), Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Juntos, os 15 deputados pesquisados publicaram 8.595 posts e geraram 865 milhões de interações no período, o que dá uma média de pouco mais de 100,6 mil interações por post. Mais da metade desse engajamento se concentrou nos cinco deputados de direita, com média de 137 mil interações por publicação. O centro respondeu por 27,1% das interações e a esquerda, por 20,3%.

Os dados da Nexus indicam perfis de audiência distintos em cada plataforma. No YouTube, os deputados de direita registraram média de 204 mil interações por post, ante 38 mil do centro e 5 mil da esquerda.

2026

Justiça Eleitoral convoca mesários para as eleições

Os mesários e outras pessoas que vão atuar como apoio logístico nas eleições de outubro vão receber uma carta de convocação. O documento detalha a função que será desempenhada durante o pleito, a seção eleitoral em que o trabalho será realizado e informações sobre o treinamento.

Quem for convocado para atuar como mesário pode pedir dispensa da função por meio de requerimento dirigido ao juiz eleitoral no prazo de cinco dias

após a publicação do edital de nomeação. O mesário deve comprovar a impossibilidade de atuar nas eleições.

No dia da eleição, os mesários realizam a identificação dos eleitores e o procedimento da zerésima, ou seja, confirmam que não há votos na urna eletrônica antes do início da votação, além de outras funções.

Em geral, a Justiça Eleitoral mantém a convocação de pessoas que já atuaram como mesários em eleições anteriores. O chamado para trabalhar nas

eleições pode ocorrer por convocação, com escolha entre nomes que estão na lista de eleitores, ou cadastro voluntário.

O trabalho dos mesários não é remunerado, mas diversos benefícios são oferecidos, como dois dias de folga para cada dia de trabalho ou de treinamento, auxílio alimentação de R\$ 65 e contagem de horas trabalhadas como atividade extracurricular em universidades.

O número de mesários que vão trabalhar no pleito ainda não foi divulgado. Na eleição

presidencial de 2022, cerca de 1,5 milhão atuaram nas eleições.

O primeiro turno será no dia 4 de outubro, quando serão escolhidos deputados federais, estaduais, distritais, governadores, senadores e o presidente da República.

O segundo turno está marcado para o dia 25 de outubro e pode ocorrer na disputa para os cargos de governador e presidente quando nenhum dos candidatos obtiver mais de 50% dos votos válidos, excluindo brancos e nulos, no primeiro turno.

ANOS ANTERIORES

Pescadores artesanais começam a receber seguro-defeso retroativo

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

Mais de 149 mil pescadores artesanais começaram a receber ontem o seguro-defeso referente aos anos anteriores a 2026. Os valores serão pagos em parcela única em conta simplificada ou conta poupança da Caixa.

O pagamento será feito somente aos pescadores artesanais que já tiveram o benefício deferido e aguardavam apenas a liberação dos recursos. A autorização excepcional do pagamento de requerimentos referentes

aos períodos de defeso anteriores a 2026 foi viabilizada pela Lei 15.399/2026.

Os beneficiários contemplados são os que fizeram a solicitação do seguro-defeso dentro do prazo legal e atendem a todos os requisitos previstos na legislação. Ao todo serão pagos R\$ 874 milhões.

Para saber se tem direito a receber, é necessário consultar a situação no aplicativo Carteira de Trabalho Digital ou pelo Portal Emprega Brasil.

Pescadores artesanais com

requerimentos em análise ou pendências devem acompanhar o andamento do processo pelo aplicativo Meu INSS ou pela Central 135.

Os pagamentos de requerimentos em processo de análise ou pendente de regularização continuarão sendo processados e serão incluídos nos próximos lotes, após o reconhecimento do direito ao benefício.

O seguro-defeso é um benefício concedido mensalmente a pescadores durante o período em que a pesca fica proibida

com o objetivo de garantir a reprodução de algumas espécies. O valor das parcelas é correspondente a um salário mínimo mensal durante o período do defeso.

A operacionalização dos pagamentos resulta da atuação conjunta do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério da Previdência Social (MPS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Dataprev, responsável pelo suporte tecnológico necessário para a emissão das parcelas.

INIMIGO DO POVO

Alcolumbre reage a líder do PT: esse tipo de ameaça não será tolerado

NAOMI MATSUI
E VICTOR OHANA/AE

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), rebateu ontem, uma declaração do líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), e disse que não tolerará tentativas de intimidação ou ameaças por causa da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a jornada de trabalho 6X1.

"A Presidência do Senado esclarece que esse tipo de ameaça e tentativa de intimidação não será mais tolerado. A definição da pauta e da tramitação das matérias é prerrogativa constitucional da Presidência e não se submete a ultimatos ou pressões político-eleitorais", declarou Alcolumbre em nota à imprensa.

Mais cedo, Uczai afirmou que Alcolumbre será tratado como "inimigo" se não despachar o projeto para análise de uma comissão. "Vamos dar uma trégua para o Davi Alcolumbre nesta semana... Se até semana que vem ele não encaminhar para a Comissão de Constituição e Justiça, vamos elegê-lo como ini-



CARLOS MOURA/AGENCIA SENADO

migo também. Inimigo dos trabalhadores e da pauta", disse o petista.

Na nota, Alcolumbre disse ter tratado o tema com a líder do governo no Senado, Teresa Leitaô (PT-PE), e com representantes de centrais sindicais. "Quem

realmente pretende contribuir para o avanço da PEC respeita o devido processo legislativo. Ameaças e constrangimentos institucionais não aceleram a tramitação, apenas afrontam a independência dos Poderes", falou o senador.

A PEC chegou ao Senado no fim de maio e, desde então, aguarda despacho de Alcolumbre para a Comissão de Constituição e Justiça. O parlamentar já disse que o projeto será discutido "sem pressa" e que, se necessário, serão feitas mudanças ao texto.

CASO MIGUEL

Justiça nega pedido de Sari Corte Real para acessar Fies e cursar Medicina

A Justiça Federal negou o pedido feito por Sari Corte Real para ter acesso, de forma integral, a recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para cursar Medicina.

Condenada pela morte do menino Miguel, que morreu ao cair do 9º andar de um prédio de luxo no centro do Recife, Sari Corte Real foi aprovada no vestibular de medicina de uma facul-

dade particular. A universidade em que ela pretende estudar fica em Jaboatão dos Guararapes, na Grande Recife.

A sentença do juiz Náiber Pontes de Almeida, da 1ª Vara Federal da 1ª Região, foi proferida no dia 21 de junho. A decisão é de primeira instância e cabe recurso.

Sari Corte Real foi condenada pela Justiça de Pernambuco em

uma ação que a acusava de abandono de incapaz com resultado morte no caso que culminou com a morte do menino Miguel, em junho de 2020. A vítima, filho da empregada doméstica de Sari, Mirtes Santa, caiu de uma altura de 35 metros em um edifício de alto padrão na área central do Recife. A pena fixada foi de 8 anos e 6 meses de prisão.

O menino que caiu do 9º andar do Condomínio Pier Maurício de Nassau estava sob os cuidados de Sari, enquanto a mãe passeava com o cachorro dos patrões no quarteirão do prédio. Na época, o marido de Sari era prefeito da cidade de Tamandaré, no litoral sul de Pernambuco.

Sari entrou com uma ação contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Caixa, que negaram o pedido de financiamento estudantil. As instituições alegam que ela não atingiu a média mínima exigida no Enem para ter acesso à linha de crédito.

CONGRESSO

Senado eleva punição a crimes sexuais online contra crianças

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) 3066/2025 que aumenta a punição a crimes de violência sexual digital contra crianças e adolescentes. O projeto já havia passado pela Câmara e segue para sanção presidencial.

O projeto amplia a autorização de infiltração policial no meio virtual e prevê aumento de pena nos crimes contra criança e adolescente praticados nos meios digitais.

O texto também aumenta a pena do aliciamento quando houver uso de inteligência artificial (IA), deepfake, perfis falsos, promessa de vantagem ou aproveitamento de relação de confiança.

"As estatísticas indicam que as penas atualmente previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente não têm sido suficientes para prevenir os delitos

de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, especialmente vulneráveis no ambiente digital", afirmou o relator, senador Fabiano Contarato (PT-ES), sem seu parecer.

Ele ainda citou dados da Organização Não-Governamental (ONG) Safernet Brasil sobre denúncias, informações que respaldam seu relatório. "Entre janeiro e julho de 2025, foram registradas 49.336 denúncias anônimas de abuso e exploração sexual infantil, representando um aumento de 18,9% em relação ao mesmo período de 2024," conforme dados da Safernet Brasil.

PENAS

Para os crimes de produção, reprodução, direção, fotografia, filmagem ou registro de conteúdo de violência sexual contra criança ou adolescente, assim como a sua venda ou exposição,

a pena passa de 4 a 8 anos de reclusão e multa para 4 a 10 anos de reclusão e multa.

A pena é aumentada em um terço se a venda ou exposição ocorrer por meio da internet e das redes sociais.

Além destas medidas, o PL aumenta a punição para quem oferece, troca, disponibiliza, transmite, distribui, publica ou divulga material de violência sexual contra criança ou adolescente. A pena nestes casos passa de 3 a 6 anos de reclusão e multa para 4 a 10 anos de reclusão e multa.

A pena atual para quem adquire, possui ou armazena esse tipo de material é 1 a 4 anos de reclusão e multa. O projeto aumenta essa punição para 3 a 6 anos de reclusão e multa.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O uso de inteligência artificial na prática dos crimes aumenta as penas de um terço a dois ter-

ços. Esse aumento de penas também é aplicado no uso de deepfake (quando a tecnologia simula de forma realista o rosto e a voz de uma pessoa), perfis falsos, jogos online e redes sociais para aliciamento de crianças e adolescentes.

Quando uma pessoa se aproveita de uma relação de convivência pessoal, autoridade, cuidado ou convivência familiar para praticar violência contra criança ou adolescente, a pena também aumenta de um terço a dois terços.

PROTEÇÃO

Além da repressão penal, o projeto contém medidas de proteção às vítimas. O texto prevê que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual terão direito a atendimento psicológico e psicossocial individual, especializado, contínuo e integral.

SÃO PAULO

PUC aprova PDV para docentes com mais de 80 anos

CAIO POSSATI/AE

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) aprovou nesta semana um plano de demissão voluntária (PDV) para professores com 80 anos ou mais interessados em se aposentar. Ao todo, 79 docentes se enquadram no perfil para aderir ao programa.

Conforme a Associação dos Professores da PUC-SP (Apropuc-SP), o plano prevê o pagamento à vista de 20% da multa rescisória sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o parcelamento das verbas rescisórias entre 18 e 36 meses, plano de saúde vitalício pago pela Fundação São Paulo (Fundasp), além de um pagamento adicional.

Quem resolver aderir ao plano deverá se manifestar até o fim de setembro e será desligado em dezembro de 2026.

Conforme a Apropuc-SP, o profissional que se aposentar deixará de ter vínculo trabalhista com a universidade, mas manterá o título de professor e receberá uma carteirinha de docente visitante, com a qual poderá entrar no campus e participar das atividades acadêmicas.

Já o docente que não quiser aderir ao PDV e optar por continuar exercendo suas funções acadêmicas passará a ser registrado como professor sênior, com contrato de até 20 horas semanais, e não mais em regime de tempo integral.

Na condição de docente sênior, o professor poderá mi-

nistrar apenas disciplinas eletivas e optativas na graduação, mas também poderá lecionar na pós-graduação, desde que se mantenha credenciado.

Não haverá limite de idade para orientar Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e monografias, conforme a Apropuc-SP.

Existe ainda uma terceira opção: caso o professor não queira aderir ao PDV e também opte por não se enquadrar na categoria de professor sênior, será demitido sem justa causa, com pagamento integral das verbas rescisórias, incluindo a multa de 40% do FGTS, mas sem o direito ao plano de saúde vitalício.

De acordo com o reitor da PUC-SP, Vidal Serrano Nunes Júnior, o PDV foi possível graças a um superávit de R\$ 44 milhões registrado em 2025, somado a um aumento nas inscrições para o vestibular de inverno deste ano.

Ainda de acordo com o reitor, os professores que se aposentarem serão substituídos por meio da abertura de editais ou de contratos emergenciais.

No ano em que completa 80 anos, a PUC-SP já havia anunciado o interesse em promover uma reestruturação na universidade, que incluía a diminuição das mensalidades de 13 das 33 graduações - algumas tiveram aumento - a partir do vestibular deste ano, além de ajustes nas grades curriculares para se adequar às demandas do mercado de trabalho.

ESCALA 6X1

Uczai volta a criticar Alcolumbre: 'presidente do Senado pode tudo'

VICTOR OHANA/AE

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Pedro Uczai (SC), voltou a criticar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), por não dar andamento à proposta de fim da escala 6x1, e disse que o senador "pode muito, mas não pode tudo". As declarações ocorreram ontem, em conversa com jornalistas na Câmara.

Mais cedo, Uczai afirmou que Alcolumbre será tratado como "inimigo dos trabalhadores" se não avançar com a PEC da escala 6x1 até a semana que vem. Em nota, o presidente do Senado

disse que "esse tipo de ameaça não será tolerado". Após a manifestação do senador, o líder petista destacou que a proposta está parada há mais de um mês e que, se não houver andamento, haverá mobilizações.

"Há mais de um mês que o presidente do Senado não coloca em tramitação esta matéria. O presidente do Senado pode muito, mas não pode tudo. Deixe a democracia decidir, deixe os senadores decidirem quem é a favor e quem é contra a redução da jornada de trabalho", disse Uczai.

petista disse ainda que as mobilizações devem ocorrer nas

redes sociais e nas ruas. "Nesta semana, vamos aguardar o posicionamento do presidente. Se o presidente, até semana que vem, não se movimentar e não tramitar a matéria, nós vamos ampliar a mobilização sim, porque é legítimo e porque o povo brasileiro assim quer."

O líder da bancada do PT também afirmou que há amplo apoio popular à proposta. "Proselitismo político e eleitoral é não votar uma matéria que a ampla maioria absoluta do povo brasileiro, que vota na direita, que vota na esquerda, que vota no centro, quer", disse. "Quero elogiar o Davi

Alcolumbre na próxima semana se ele encaminhar para a Comissão de Constituição e Justiça a proposta do fim da escala 6x1."

A PEC da escala 6x1 está parada há mais de um mês no Senado. Alcolumbre ainda não despachou a proposta para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, ou seja, a matéria não começou a tramitar na Casa. Em seguida, o texto ainda deve ser submetido ao plenário. Os defensores da proposta querem ver a aprovação antes do recesso legislativo, que terá início em 18 de julho.

LAMBE BOTAS

Kassab diz que Flávio erra muito ao bajular presidente dos EUA

GEOVANI BUCCI/AE

O pré-candidato a vice-presidente na chapa de Ronaldo Caiado e líder do PSD, Gilberto Kassab, criticou ontem, a atuação de Flávio Bolsonaro (PL) e de sua família junto ao governo Donald Trump, nos Estados Unidos. Para o dirigente partidário, as tarifas ajudaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a "renascer" nas pesquisas eleitorais.

"Acho que eles erram muito quando fazem questão de transmitir a influência que têm junto ao governo Trump", disse Kassab. "Se tem um presidente que nos hostiliza e a família Bolsonaro é solidária, mostra proximidade, intimidade, isso gera um desgaste, sim, ao Flávio, com certeza."

Em entrevista ao portal UOL, Kassab avaliou que a família do ex-presidente Jair Bolsonaro errou ao se associar, já no primeiro momento, ao tarifaço anunciado em julho de 2025. Segundo o dirigente do PSD, a declaração do deputado federal casado Eduardo Bolsonaro de que teria pedido a medida prejudicou a relação do grupo com os

brasileiros e teve forte impacto na opinião pública.

Para Kassab, Lula, que enfrentava dificuldades nas pesquisas de aprovação do governo, aproveitou o episódio para retomar força com o discurso da soberania nacional. "Teve a oportunidade de renascer com o discurso correto da soberania. Então, acho que a família tratou muito mal esse tema, continua tratando", disse.

O dirigente também criticou a carta enviada por Flávio ao Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), na qual o senador pediu que a decisão sobre a tarifa de 25% contra o Brasil fosse adiada para depois das eleições de outubro.

"Ainda recentemente, a carta do Flávio ao presidente dos Estados Unidos é uma carta estranha, não é? Quase que pedindo bênção. É uma carta estranha", afirmou Kassab. "Acredito que esteja atrapalhando bastante os candidatos da família Bolsonaro."

Kassab foi anunciado como vice de Caiado na quarta-feira passada.

Nota

AVIÃO DE PEQUENO PORTE PEGA FOGO EM ÁREA RURAL NO INTERIOR DE SP; PM NÃO HÁ VÍTIMAS

Um avião de pequeno porte pegou fogo na tarde desta terça-feira em uma propriedade rural nas proximidades da Fazenda Santo Antônio, em Guapiaçu, no interior de São Paulo. egundo a Polícia Militar, a aeronave foi encontrada completamente carbonizada, e nenhuma vítima foi localizada. De acordo com a corporação, o chamado foi recebido por volta das 15h31, com a informação de que o avião havia caído e estava em chamas. Apesar da descrição do acionamento, não há confirmação sobre a queda. Equipes do Corpo de Bombeiros e do Comando de Aviação da Polícia Militar (Águia) foram mobilizadas para atender à ocorrência. O Quarto Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Seripa IV) também foi acionado e acompanha o caso.

ANDRE RICHTER/ABRASIL

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (**foto**) enviou ontem ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), esclarecimentos sobre duas armas que não foram localizadas pelo Exército.

Segunda-Feira, o Batalhão de Polícia do Exército (BPE) informou ao STF que entregou à Polícia Federal (PF) seis das oito armas registradas em nome de Bolsonaro. Segundo a corporação, uma pistola Glock e uma espingarda não foram localizadas. A entrega foi determinada pelo ministro após a renovação da prisão domiciliar concedida ao ex-presidente.

Segundo os advogados, a espingarda está em uma empresa importadora de materiais bélicos, sediada em Caxias do Sul (RS).

De acordo com a defesa, a arma é um presente recebido pelo ex-presidente, mas não foi retirada do estabelecimento.

Sobre a segunda arma, a defesa disse que a pistola Glock é a mesma que foi apreendida com o segurança do ex-presidente e está acautelada na Polícia Civil do Distrito Federal.

Na última sexta-feira, Moraes determinou a suspensão do porte de arma de Bolsonaro e a apreensão das armas que estão registradas em nome do ex-presidente.

A decisão foi motivada pela repercussão do caso da apre-



TON MOLINA/STF

são de uma arma com um dos seus seguranças particulares.

Apesar de a Polícia Civil do Distrito Federal não ter indicado o ex-presidente e afirmar que as armas estão legalizadas, o ministro entendeu que a posse de armamentos não é compatível com o cumprimento da pena de prisão.

No ano passado, Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão no processo de trama golpista. Em seguida, após passar por uma cirurgia, ele ganhou o direito de cumprir prisão domiciliar temporária. Ele se recupera de uma pneumonia bacteriana.

Veja a lista de armas que Mo-

raes determinou que fossem entregues à PF:

- Pistola Forjas Taurus (.380 Automatic);
- Pistola Forjas Taurus (.40 Smith & Wesson);
- Pistola Glock (9x19 mm Parabellum);
- Carabina/Fuzil Springfield Armory (7,62x51 mm);
- Espingarda Typhoon (12 GA);
- Pistola Arex (9x19 mm Parabellum);
- Pistola SIG-Sauer (9x19 mm Parabellum);
- Espingarda Maestro Arms Company (12 GA).

A entrega do arsenal foi determinada após o ministro autorizar a manutenção da prisão do-

miciliar humanitária do ex-presidente, mas revogar seu porte de arma e o certificado de registro de Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC).

Em parecer sobre a apreensão da arma do ex-chefe do Executivo em posse de um segurança no dia 16 de junho, a Procuradoria-Geral da República (PGR) afirmou que o episódio não configurava falta grave.

O Ministério Público Federal sustentou, no entanto, que a posse de arma é incompatível com a situação jurídica do ex-presidente. Jair Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e três meses, condenado pelo STF por liderar tentativa de golpe de Estado.

ABUSO SEXUAL

Democratas pedem que Platner desista de candidatura ao Senado

Líderes democratas pediram na segunda-feira passada, que o candidato Graham Platner desista da candidatura ao Senado dos Estados Unidos após acusações de agressão sexual, apesar das grandes chances de conquistar uma cadeira nas eleições de meio de mandato.

De acordo com o site americano Politico, a ex-companheira de Platner, Jenny Racicot, de 41 anos, o acusou de tê-la forçado a manter relações sexuais no fim de 2021.

Platner, cuja ascensão meteórica foi comparada à do presidente dos EUA, Donald Trump, negou a acusação, mas disse que consideraria os próximos passos de sua campanha.

"Independentemente das imprecisões da reportagem, mas cientes da realidade política que ela irá desencadear, estamos reservando um tempo para refletir sobre o melhor caminho a seguir", afirmou o candidato em um vídeo publicado nas redes sociais. Ele também classificou as acusações como "preocupantes, graves e falsas".

Jenny relatou ao Politico que Platner invadiu sua casa em 2021, embriagado, e a agrediu. Ela afirmou que mantinha um relacionamento intermitente com o candidato, mas cortou relações após o episódio. Em entrevista à emissora americana CNN, a mulher acrescentou que não reagiu por medo de que Platner ficasse ainda mais violento.

"Naquela noite, ele violou várias camadas de consentimento", disse Jenny.

O EX-FUZILEIRO

O democrata tem 41 anos, é ex-fuzileiro naval e um novato na política. No mês passado, venceu as primárias democratas no Maine. O Estado da Costa Leste, na fronteira com o Canadá, é crucial para a oposição em seus esforços para retomar o controle do Senado em novembro.

Ele se preparava para enfrentar a senadora republicana Susan Collins, que está entre os principais alvos dos democratas e já frustrou tentativas anteriores de destituí-la da cadeira que ocupa há quase três décadas.

O líder do Partido Democrata no Senado, Chuck Schumer, e o Comitê de Campanha Senatorial Democrata (DSCC, na sigla em inglês) classificaram as acusações como "incrivelmente perturbadoras" e exigiram a saída "imediata" de

Platner. Também indicaram que pretendem retirar o financiamento caso ele decida prosseguir com a candidatura.

Horas depois da publicação da reportagem do Politico, o Comitê Nacional Democrata enviou um e-mail solicitando doações para campanhas ao Senado, mas o Maine não estava entre os Estados contemplados. O presidente da legenda, Ken Martin, afirmou que "os democratas do Maine devem escolher um novo candidato".

Platner também perdeu o apoio do deputado Ro Khanna, da Califórnia, do senador Ruben Gallego, do Arizona, e da senadora Elizabeth Warren, de Massachusetts, além dos principais dirigentes do Partido Democrata no Maine.

"Esta eleição para o Senado ocorre em um momento crucial na luta contra um governo, apoiado pela senadora Collins, que serve aos interesses dos ricos e poderosos em detrimento do povo comum do Maine. É essencial que redirecionemos o foco desta campanha para essa luta", disseram o presidente do Comitê Estadual Democrata do Maine, Charlie Dingman, a vice-presidente, Imke Schessler, e a diretora-executiva, Devon Murphy-Anderson, em nota conjunta.

A legislação estadual permite que Platner seja substituído na cédula eleitoral caso desista da candidatura até a próxima segunda-feira. O candidato substituto deve ser nomeado até 27 de julho.

A reportagem do Politico foi publicada após outras polêmicas envolvendo Platner, relacionadas a antigos comentários na internet e mensagens de teor sexual, além de uma tatuagem com conotação nazista, posteriormente coberta, e de acusações de violência contra mulheres.

Em 2013, Platner publicou no Reddit que as pessoas não deveriam ficar tão bêbadas a ponto de "acabarem fazendo sexo com alguém com quem não queriam" e que as vítimas de agressão sexual deveriam "simplesmente assumir a responsabilidade por si mesmas". Ele se desculpou posteriormente pela publicação e afirmou não compartilhar mais dessas crenças.

O candidato admitiu que enfrentou dificuldades relacionadas a um transtorno de estresse pós-traumático não diagnosticado e ao abuso de álcool, mas negou ter agredido fisicamente ex-parceiras.

FRANÇA

Justiça libera Le Pen para disputar eleição de 2027

Um tribunal de apelações de Paris abriu caminho ontem para que a popular líder da extrema direita francesa, Marine Le Pen, possa disputar a Presidência da França no próximo ano, mas determinou que ela cumpra parte da pena usando tornozeleira eletrônica - condição que a política já afirmou ser inaceitável.

A decisão manteve a condenação de Le Pen por desvio de recursos públicos, mas reduziu a proibição de exercer cargos eletivos, deixando a decisão sobre uma eventual candidatura em suas mãos.

Agora, Le Pen terá de decidir se é viável fazer campanha em 2027 usando uma tornozeleira eletrônica, como parte da pena que deverá cumprir em prisão

domiciliar.

O veredicto representa uma vitória parcial para a líder da extrema direita. O tribunal reduziu a inelegibilidade de cinco anos, imposta no ano passado, para 45 meses, dos quais dois terços foram suspensos. A pena de prisão também foi reduzida de quatro para três anos, sendo dois deles suspensos.

Ainda assim, o ano restante de prisão, a ser cumprido em casa com tornozeleira eletrônica, continua sendo um possível obstáculo. Ainda não está claro se Le Pen considera possível fazer campanha nessas condições. Le Pen tem 57 anos, poderá comentar a decisão ainda nesta terça-feira.

Ela recorreu da condenação de março de 2025, que a considerou culpada, juntamente

com outros integrantes de seu partido Reagrupamento Nacional (Rassemblement National), de desviar recursos do Parlamento Europeu ao pagar funcionários da legenda com verbas destinadas a assistentes parlamentares europeus entre 2004 e 2016.

Na decisão de primeira instância, Le Pen havia sido condenada à prisão - pena suspensa até o julgamento do recurso - e proibida de exercer cargos eletivos por cinco anos. A líder da extrema direita nega qualquer irregularidade e ainda pretende lançar sua quarta candidatura à Presidência da França.

Caso conclua que não pode concorrer usando tornozeleira eletrônica, seu protegido Jordan Bardella deverá substituí-la. Bardella, de 30 anos, é o atual

presidente do Reagrupamento Nacional, partido anti-imigração e cético em relação à União Europeia.

Antes do julgamento, Le Pen havia afirmado que poderia desistir da candidatura caso o tribunal impusesse restrições que dificultassem sua campanha, incluindo o monitoramento eletrônico "Se eu puder ser candidata, mas estiver, na prática, impedida de fazer campanha livremente, vocês entendem que isso não seria possível", disse Le Pen em entrevista na semana passada.

Os promotores haviam pedido ao tribunal de apelações que condenasse Le Pen a quatro anos de prisão, sendo três com pena suspensa, além de uma proibição de cinco anos para exercer cargos eletivos.

PONTO ESTRATÉGICO

Trump volta a defender controle dos EUA sobre Groenlândia

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a defender que a Groenlândia fique sob controle americano durante declarações à imprensa ontem, às margens da cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em Ancara, na Turquia.

O republicano afirmou que a ilha "deve ser controlada pelos EUA, não pela Dinamarca" e argumentou que o território é estratégico para Washington. Questionado sobre o tema, tam-

bém sugeriu que os EUA poderiam retirar todas as tropas americanas da Europa.

Durante reunião bilateral com o líder turco, Recep Tayyip Erdogan, Trump disse ainda acreditar que um acordo para encerrar a guerra entre Rússia e Ucrânia está próximo. Segundo ele, teve uma "longa conversa" com o presidente russo, Vladimir Putin, na segunda-feira e falou com o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, logo em seguida. "Conheço negociações e acho que vamos conseguir. Espero que em breve", afirmou. O

presidente acrescentou que tanto Putin quanto Zelenski queriam o fim do conflito.

Na frente diplomática, Trump anunciou que pretende remover as sanções americanas contra a Síria e também as restrições impostas à Turquia sob a Lei de Combate aos Adversários dos EUA por Meio de Sanções (CAATSA, na sigla em inglês).

Ancara foi alvo das medidas após adquirir o sistema russo de defesa aérea S-400, decisão que também levou à sua exclusão do programa de caças F-35. Ao

anunciar a mudança, Trump afirmou que Washington "não quer sancionar amigos". Segundo ele, os EUA mantêm uma "ótima relação" com o novo líder sírio.

O republicano também buscou reduzir a tensão recente com a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni. Trump afirmou que ela é "uma ótima pessoa" e disse que os dois tiveram apenas "um pequeno desentendimento", embora tenha reiterado que a relação bilateral foi prejudicada porque Roma "não esteve conosco no Irã".

NOVA YORK

Rua de Manhattan é interditada por risco de colapso de arranha-céu

Prédios foram desocupados em Manhattan ontem, após colunas e tijolos de um arranha-céu em construção caírem durante a manhã. O prédio comercial da década de 70 estava sendo transformado em apartamentos de luxo e é a antiga sede global da gigante farmacêutica Pfizer.

O edifício está localizado em um corredor movimentado, a cerca de um quarteirão do emblemático Chrysler Building e entre a Grand Central Terminal e a sede das Nações Unidas.

Uma escola próxima, com cerca de 400 crianças, estava entre os prédios evacuados, disse o prefe-

to de Nova York, Zohran Mamdani. Não houve relatos de feridos e todos os trabalhadores dentro da torre de escritórios foram localizados, afirmou ele em uma coletiva de imprensa no local.

Mamdani disse que engenheiros estão trabalhando em maneiras de reforçar os andares danificados e usando drones para monitorar o prédio, para que não seja necessário enviar pessoas para dentro dele. "O prédio continua instável", disse ele. "Esta é uma situação extremamente grave."

O chefe do Corpo de Bombeiros, John Esposito, acrescentou que o prédio continuou a se mo-

ver enquanto as equipes de emergência estavam no local. As ruas próximas foram fechadas para pedestres e veículos. "Ainda não está estável", disse Esposito. "Continua sendo uma situação muito grave e perigosa."

O Corpo de Bombeiros de Nova York informou ter recebido relatos de queda de tijolos na torre de 37 andares. As autoridades constataram que duas colunas haviam cedido nos 21º e 22º andares e que os pisos estavam afundando entre o 21º e o 26º andar.

A conversão de escritórios em residências foi anunciada

como a maior da história da cidade, segundo a Gensler, o escritório de arquitetura responsável pelo projeto.

O complexo planejado, com mais de 1.600 unidades, inclui a adição de mais de uma dúzia de andares no topo da torre original do edifício, além da reformulação de uma torre adjacente. Procurado, o porta-voz da Gensler não respondeu.

O departamento de construção da cidade informou que seus inspetores e engenheiros estavam no local, na 235 East 42nd Street. "Noes que moram nesta área e a segurança daqueles que trabalham nesta área.

PASSAGEM

Reino Unido informa segundo ataque a navio no Estreito de Ormuz

PEDRO LIMA/AE

O Centro de Operações de Comércio Marítimo do Reino Unido (UKMTO, na sigla em inglês) informou ontem que um segundo navio foi atingido no Estreito de Ormuz, poucas horas após um petroleiro ser alvo de um projétil e pegar fogo na mesma região, elevando as preocupações com a segurança em uma das principais rotas marítimas para o comércio global de petróleo e gás.

Segundo o órgão britânico, a segunda embarcação sofreu danos estruturais, mas não houve registro de feridos. Mais detalhes sobre o incidente não foram divulgados.

Mais cedo, a UKMTO havia informado que um petroleiro foi atingido por um projétil próximo a Limah, em Omã, enquanto navegava em direção

ao Golfo de Omã. A agência afirmou que o navio sofreu danos estruturais e que não houve impacto ambiental. O caso segue sob investigação.

O primeiro navio atingido transportava gás natural liquefeito (GNL) e pegou fogo após o impacto. A televisão estatal iraniana afirmou que a embarcação foi atacada após ignorar advertências sobre as rotas consideradas seguras por Teerã, mas não houve reivindicação oficial de autoria.

O episódio ocorre dias após o comando militar conjunto do Irã determinar que petroleiros utilizem apenas rotas aprovadas pelo país ao cruzar o Estreito de Ormuz e advertir que qualquer interferência das forças dos Estados Unidos na região receberia uma "reação rápida e decisiva".

ESTREITO

Órgão eleva ameaça marítima no Ormuz para 'severa' após ataques a petroleiros

PEDRO LIMA/AE

O Centro Conjunto de Informações Marítimas (JMIC, na sigla em inglês) elevou de "substancial" para "severa" o nível de ameaça à segurança marítima no Estreito de Ormuz, após três ataques registrados ontem contra navios-tanque na região. Segundo o centro, a mudança reflete a avaliação de que novas ações hostis deliberadas são "prováveis nas atuais condições", em meio à continuidade das tensões envolvendo o Irã

De acordo com o relatório,

um navio de gás natural liquefeito (GNL) foi atingido por um projétil desconhecido próximo a Limah, em Omã, provocando incêndio na casa de máquinas. Outros dois petroleiros também foram atingidos por projéteis nas proximidades de Khor Fakkan, nos Emirados Árabes Unidos, e da Península de Musandam, em Omã. Não houve registro de feridos, e as embarcações conseguiram prosseguir viagem.

O JMIC afirmou que ataques da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC, na sigla em inglês), abordagens por rádio, ativida-

des com drones e ações de vigilância direcionadas continuaram ao longo do período, indicando monitoramento constante do tráfego comercial e a intenção de manter presença nas principais rotas marítimas. O órgão também alertou para a persistência de interferências em sistemas de navegação e para o risco de minas à deriva nas proximidades do esquema de separação de tráfego do estreito.

Na avaliação do centro, embarcações com o Sistema de Identificação Automática (AIS, na sigla em inglês) ligado po-

dem continuar recebendo comunicações da IRGC orientando que desviem para a rota sob controle iraniano, enquanto a presença naval e o congestionamento no estreito devem permanecer elevados.

Em paralelo, uma autoridade da Guarda Revolucionária afirmou que a navegação no Estreito de Ormuz "está ocorrendo de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Irã" e advertiu que "qualquer ação provocativa por parte dos Estados Unidos receberá uma resposta imediata e decisiva do Irã".